



DIAGNÓSTICO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MONUMENTO NATURAL DAS FALÉSIAS DE BEBERIBE NO ESTADO DO CEARÁ COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

Lucas Félix Magalhães¹, Marcelo Lessa Martins¹, Márcia Caroline Germano Pereira¹, Anderson Alves do Nascimento², Ivo Luís Oliveira Silva³, Renata Peroba Bezerra⁴

¹Alunos do Curso Técnico Integrado em Eventos – IFCE. Bolsistas do CNPq. e-mail: lucas_feliz10@hotmail.com; marcelo_ifce@r7.com; mrsmarciacaroline@gmail.com.

²Graduando em Tecnologia em Gestão de Turismo, IFCE Campus Canindé, e-mail: anderson_alvesn@hotmail.com.

³Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Canindé. e-mail: ivo.luis@ifce.edu.br;

⁴Especialista Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Ceará.

Resumo: Diante da realidade em que vive o mundo atual, um dos instrumentos mais eficientes em prol do meio ambiente no Brasil foi à consignação de áreas protegidas e a mais conhecida delas são as Unidades de Conservação (UC's), onde estas garantem desde a preservação conjunta da natureza até a extração controlada de seus recursos, tornando-se geralmente em atrativos turísticos. Redigido pelo desejo de evidenciar um traço marcante da paisagem de Morro Branco e Praia das Fontes traduzido em suas falésias, o presente trabalho tomou como objeto de estudo o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, uma vez que este cenário vem sofrendo agressões constantes causadas principalmente pelo processo de ocupação desordenada dos últimos anos. Teve como ponto de partida identificar e qualificar os aspectos socioambientais do Monumento Natural das Falésias localizados no município de Beberibe no Estado do Ceará como ferramenta do desenvolvimento do turismo local. O estudo inclui a aplicação de questionário no início do mês de dezembro de 2011 junto aos funcionários da Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe para verificar como o ambiente se comporta de forma interna e externa considerando suas potencialidades e seus elementos, visto que seu quadro de fortalezas e oportunidades é superior ao de debilidade e ameaças.

Palavras chaves: monumento natural das falésias de beberibe, turismo sustentável, unidades de conservação

1. INTRODUÇÃO

As falésias evidenciam um traço marcante da paisagem de Morro Branco e Praia das Fontes, onde esta se reveste em um dos seus mais expressivos cartões-postais, logo sua preservação exprime um valor incalculável para o Município de Beberibe e por que não dizer para o Estado do Ceará. Diante disso, o desejo se fez presente pelo fato de valorizar o cenário objeto de estudo, vez que vem sendo gradativamente exposto à exploração fruto do mau planejamento das edificações instaladas, bem como pelos investimentos maciços de cadeias hoteleiras estrangeiras. O progresso, sem sombra de dúvidas, é imprescindível, mas é preciso estar atento para defender os interesses da comunidade receptora, integrando-a ao processo ao invés de restringi-la a uma mera aparência. No mais, o estudo poderá servir como subsídio para o gerenciamento da unidade de conservação em questão, bem como instrumento de apoio para a captação de financiamentos para a defesa do local.

O art. 225, § 1º, II, III e IV da Constituição de 1988 estabelece como obrigação do Estado a proteção da biodiversidade brasileira, e que essa proteção se dará através da criação de áreas protegidas ao longo de todo o território nacional e mais, que essas áreas somente poderão ser modificadas, suprimidas ou diminuídas através de lei.

No caso específico de Beberibe também se verifica a presença de áreas protegidas, sendo elas a APA da Lagoa do Uruaú, por meio do Decreto Nº 25.355 de 26/01/1999 com uma área de 2.672,58 ha, protegendo o ecossistema lacustre/complexo vegetacional litorâneas e o Monumento Natural das Falésias de Beberibe que resguarda o ecossistema costeiro.



Sem dúvida, as unidades de conservação propiciam inúmeros benefícios ao homem como conservação dos recursos hídricos e belezas cênicas, protegem sítios históricos e/ou culturais, proporcionam atividades de recreação em contato com a natureza e trabalhos de educação ambiental dentre outros. (PERES, 1997).

Existe um consenso quanto às dificuldades da gestão ambiental dentre as quais se destacam: baixas provisões orçamentárias face aos altos custos de gerenciamento, políticas econômicas indutoras de perdas ambientais e questões de equidade que dificultam o cumprimento da lei. (MMA, 2011). Outra questão a ser considerada é a existência de conflitos e ações insuficientes à preservação dos recursos naturais que acaba repercutindo negativamente no ambiente, visto que em grande parte incentiva o seu uso imediato. Sendo assim, afirma-se uma clara situação que requer a introdução do critério econômico na gestão ambiental.

Para Meira (2011) o aumento dos impactos negativos provocados no ambiente pela ação do homem impôs forte domínio sobre a natureza. Diante do exposto acima, este estudo tem como objetivo geral identificar e qualificar os aspectos socioambientais do Monumento Natural das Falésias de Beberibe para o desenvolvimento do turismo local. Para tanto, faz-se necessário também identificar os valores socioeconômico e ambiental do Monumento Natural das Falésias de Beberibe, qualificar o comprometimento político-social na conservação do mesmo, avaliar a qualificação dos multiplicadores ambientais da área e verificar o estado de conservação das políticas de infraestrutura do local.

Logo, somente as práticas de educação ambiental associada à adoção de mecanismos econômicos que valorizem os recursos ambientais permitirão sua conservação. Assim, cabe às autoridades e, principalmente à sociedade civil se conscientizarem desta máxima econômica como uma das possibilidades de deixar às futuras gerações um ambiente equilibrado.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho faz sérias reflexões sobre os benefícios associados ao uso direto e indireto do Monumento Natural das Falésias de Beberibe no desenvolvimento do turismo local. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo.

Os dados utilizados para compor este estudo foram de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários foram levantados através das pesquisas bibliográficas em livros, revistas, artigos vinculados em periódicos especializados, internet, documentos impressos de órgãos oficiais do meio ambiente no Estado do Ceará, dentre outros.

Já os dados primários foram coletados em pesquisa de campo através de uma pesquisa direta com o emprego de um questionário fechado junto aos funcionários da Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe que somou um total de 14 pessoas entrevistadas.

A inferência da avaliação se deu sobre a percepção do Monumento Natural das Falésias de Beberibe. Como metodologia utilizou-se aplicação de uma escala de valores entre 5 a 1, de máxima à mínima gravidade, urgência ou relevância. Em caso de empate o critério de desempate entre dois ou mais pesos foi levado em consideração o de maior valor numérico.

Essa técnica de escala de valores foi baseada no modelo extraído do Roteiro Metodológico de Planejamento do IBAMA, (2002), cuja vivência do método fora abordada em aulas ministradas pelo professor Pedro Augusto Lopes Pontes, na disciplina de Elementos de Gestão Ambiental do curso de Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Ceará (UECE) realizado em 2006/2007.

Segundo Chiavenato e Sapiro (2003), a avaliação estratégica concretizada a partir da matriz SWOT¹, sendo uma das ferramentas mais empregadas na gestão estratégica competitiva. Trata-se de

¹ Criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, professores da Harvard Business School, e posteriormente aplicadas por inúmeros acadêmicos, à análise SWOT estuda a competitividade segundo quatro variáveis: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Oportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). (RODRIGUES, et al., 2005)



relacionar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno. As quatro zonas toam como indicadores da situação da organização. O resultado do estudo nos traz reflexões acerca das necessidades que este lugar tem diante dessa nova realidade do turismo.

3. ANÁLISE

O Município de Beberibe localiza-se na região norte cearense, a leste de Fortaleza. A localização litorânea assegura um clima ameno com uma pequena amplitude térmica apresentando temperatura média anual de 26°C a 28°C, favorecido ainda pela presença dos ventos alísios que sopram nessa região, assegurando uma brisa constante. (IBGE, 2011)

As principais atividades econômicas desenvolvidas são: agricultura, indústria, comércio e turismo, aonde esta última vem se destacando como uma das práticas que mais dinamizam a economia local. A população total estimada do município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2011, é aproximadamente de 49.311 habitantes com uma densidade demográfica de 30,37 hab/km², sendo que 24.857 são homens e 24.454 são mulheres.

As falésias é o principal cartão postal da praia de Morro Branco, bem como o ponto turístico mais visitando. Diante desse fato, será apresentada a seguir uma análise estratégica do Monumento Natural das Falésias de Beberibe que permite caracterizar de forma simples e estruturada os elementos-chave para o desenvolvimento do turismo no local, visto que pretende nortear o aproveitamento de seu potencial, assegurando a conservação de seus recursos naturais. A tabela 01 abaixo apresenta a distribuição por ordem prioritária os pontos fortes

Tabela 01 - Identificação e priorização dos pontos fortes

PONTO FORTE	QTDE. VOTOS	VALOR DO PESO
Beleza cênica	12	5
Variedade de cores da areia	11	5
Praia	10	5
Nascentes d'água	9	5
Artesanato	8	5
Potencial turístico	7	4
Conservação de parte das falésias	7	3
Visitas monitoradas	7	3
Fluxo turístico	5	3
Fiscalização ambiental da SEMACE	4	3
Preservação da fauna/flora	8	2

Fonte: Pesquisa Direta, 2011

Destacam-se, ainda, o potencial turístico e com menor pontuação estão à conservação de parte das falésias; visitas monitoradas; fluxo turístico; fiscalização ambiental da SEMACE e preservação da fauna/flora. Verifica-se no bojo das respostas cuja pontuação apresentou menos peso, que seu grau de importância para o desenvolvimento do local não é descartado, mas estão diretamente relacionadas com o nível de dificuldade no alcance de tais metas.

A tabela 02 apresenta a distribuição por ordem prioritária os pontos fracos apresentados pelos entrevistados:

Tabela 02 - Identificação e priorização dos pontos fracos



PONTO FRACO	QTDE. VOTOS	VALOR DO PESO
Pichação nas falésias	3	25
Pouco conhecimento dos recursos naturais locais para aproveitamento turístico	3	25
Fiscalização precária	7	20
Visitas desordenadas	4	20
Depredação da sinalização ambiental	3	20
Degradação de grande parte das falésias	3	20
Coleta precária dos resíduos sólidos	5	15
Segurança pública	4	15
Falta de comprometimento das comunidades	3	15
Precariedade da demarcação física da UC	3	15
Precariedade da infra-estrutura	4	10
Construções irregulares	8	5
Ocorrência de violência e uso de drogas	7	5
Pouca conscientização e comprometimento da população	5	5

Fonte: Pesquisa Direta, 2011

Na tabela 2, destacam-se ainda a fiscalização precária; visitas desordenadas; depredação da sinalização ambiental e degradação de grande parte das falésias. Logo em seguida vem a coleta precária dos resíduos sólidos; segurança pública; falta de comprometimento das comunidades e precariedade da demarcação física da UC. Outros aspectos também foram lembrados: precariedade da infraestrutura; construções irregulares; ocorrência de violência e uso de drogas e pouca conscientização e comprometimento da população.

Neste caso, os pontos fracos destacados não dependem somente dos gestores públicos, mas também da participação efetiva da sociedade civil, respeitando suas capacidades e limitações, assumindo como um todo, um maior comprometimento social, tendo em vista que são pontos de fáceis soluções quando comparados a outros pontos aqui detectados.

A tabela 03 exibe a classificação por ordem prioritária das oportunidades

Tabela 03 - Identificação e priorização das oportunidades

OPORTUNIDADE	QTDE. VOTOS	VALOR DO PESO
Patrimônio natural diversificado, dentre eles: praias, lagoas, gruta à beira-mar, dunas móveis e fixas, falésias, manguezais, estuários e bicas de água doce	13	5
Dunas	12	5
Beleza cênica do entorno	12	5
Recursos hídricos	9	5
Fauna e flora	9	5
Proximidade de outras unidades de conservação	9	5
Bom acesso rodoviário	8	5
Artesanato diversificado	8	5
Povo hospitaleiro	8	5
Balneabilidade permanente das praias	8	5
Atuação das associações de moradores	6	5
Infra-estrutura hoteleira	5	5
Possibilidade de desenvolver o turismo rural	5	5
Proximidade de Fortaleza	7	4
Transporte coletivo	6	4
Áreas de assentamentos, possíveis de se trabalhar com	6	4



o turismo social

Potencial para práticas de atividades náuticas

5

4

Fonte: Pesquisa Direta, 2011

Destacam-se também quatro importantes oportunidades: proximidade de Fortaleza; transporte coletivo; áreas de assentamentos, possíveis de se trabalhar com o turismo social e potencial para a prática de esportes náuticos. Tais itens apresentaram faces a serem trabalhadas visando o não comprometimento ambiental da área.

A tabela 04 mostrar a classificação por ordem prioritária das ameaças

Tabela 04 - Identificação e priorização das ameaças

AMEAÇA	QTDE. VOTOS	VALOR DO PESO
Ineficiência e até inexistência de salva vidas	5	25
Ineficiência do posto de informação turística	5	25
Desorganização das associações comunitárias	6	20
Tráfego de veículos automotores	3	20
Ineficiência e até inexistência, em vários locais da região de sinalização geral e turística	5	20
Deficiência na formação profissional dos prestadores de serviços	4	20
Inexistência de estacionamento para veículos de grande porte	3	20
Inexistência de dados estatísticos atualizados	3	16
Especulação imobiliária	5	15
Falta de conscientização da população local em relação ao meio ambiente	5	15
Poluição do solo e dos recursos hídricos	4	15
Carência de trabalho e renda	4	15
Ausência de uma ética preservacionista na população	4	15
Inexistência de controle e monitoramento do uso e ocupação do solo na zona de amortecimento	4	15
Sazonalidade da demanda turística	4	15
Exploração intensiva da imagem do tipo turismo de sol e praia	4	15
Baixa capacidade de atendimento de emergência no sistema de saúde pública	3	15
Despreparo do receptivo de turismo da região	3	15
Turismo desordenado	5	12
Desconhecimento da legislação ambiental	5	10
Aumento do turismo de segunda residência, não regulamentada	3	10
Desmatamentos e queimadas	5	5
Construções indiscriminadas	5	5
Proximidade de zonas urbanas	3	4

Fonte: Pesquisa Direta, 2011

OBS.: A priorização para a organização da tabela é o valor do peso.

Destacam-se ainda a desorganização das associações comunitárias; tráfego de veículos automotores; ineficiência e até inexistência, em vários locais da região de sinalização geral e turística;



deficiência na formação profissional dos prestadores de serviços e inexistência de estacionamento para veículos de grande porte.

Em seguida vem: inexistência de dados estatísticos atualizados; especulação imobiliária; falta de conscientização da população local em relação ao meio ambiente; poluição do solo e dos recursos hídricos; carência de trabalho e renda; ausência de uma ética preservacionista na população; inexistência de controle e monitoramento do uso e ocupação do solo na área de amortecimento; sazonalidade da demanda turística; exploração intensiva da imagem do tipo turismo de sol e praia; baixa capacidade de atendimento de emergência no sistema de saúde pública e despreparo do receptivo de turismo da região.

Outras também mereceram destaque: turismo desordenado; desconhecimento da legislação ambiental; aumento do turismo de segunda residência, não regulamentada; desmatamentos e queimadas; construções indiscriminadas e proximidade de zonas urbanas.

Merece uma atenção especial à preocupação da sociedade civil quanto à questão das construções hoteleiras que vão ser feitas em cima das falésias/dunas de Morro Branco, Praia das Fontes e Diogo, tendo como argumento fundamental a geração emprego e renda para a população. No entanto, vale ressaltar que estes empregos são na grande maioria atividades informais e de baixa remuneração, como por exemplo, camareiras, garçons, telefonista, cozinheiro, recepcionista etc. já que tais empreendimentos destinam seus principais cargos empregatícios a pessoas que não residem na localidade.

Após a realização de um estudo direcionado sobre o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, através de uma pesquisa de campo focando seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, reafirmou-se a acentuada fragilidade natural e as potencialidades turísticas intrínseca nesse ambiente, ao mesmo tempo em que se possibilitou uma maior aproximação com a realidade local. A partir dos pontos fracos e ameaças detectadas será possível a sugestão de ações para o ordenamento da prática do turismo *in loco*, porém a proposição destas ações deverá levar em conta, antes de tudo, a realidade local para que possa ser implementada de forma racional e bem planejada.

Em uma análise-crítica a cerca da área estudada pode dizer que os pontos positivos traduzem-se na solidificação da unidade de conservação como ponto turístico, além de servir como elo para abrisse o leque de possibilidades e investimentos tanto *in loco* como na zona de amortecimento. Já os pontos negativos detectados, em geral, podem ser solucionados com ações simples e boa vontade por parte dos órgãos públicos, requerendo apenas a adoção de práticas de conservação, através da educação ambiental.

Por fim, considerando os itens pontuados neste capítulo, verifica-se que o município de Beberibe é dotado de grandes potencialidades e possui elementos para a diversificação de seu produto turístico, visto que seu quadro de fortalezas e oportunidades é superior ao de debilidade e ameaças. Por outro lado, é importante salientar a participação ativa da população, bem como o desempenho do poder público e privado na busca de melhorias para o desenvolvimento local, através de estratégias que transformem os pontos fracos em pontos fortes e as ameaças em oportunidades.

4. CONCLUSÕES

De maneira geral, as unidades de conservação existem para proteger a natureza das ações agressivas do homem em qualquer de suas formas, ainda que para benefício da própria humanidade. Observa-se também, que as unidades de conservação não foram pensadas nem criadas para promover o desenvolvimento, embora que, como consequência de sua existência com bom manejo, possa proporcioná-lo.

Verifica-se, portanto, que os diversos tipos de impactos causados ao meio ambiente vêm gradativamente promovendo uma verdadeira transformação na paisagem. Neste contexto nota-se que não existe decisão sábia quando não se examina cautelosamente os benefícios, os custos e as alternativas dos mesmos.

O agravante fato do mau uso feito pelos visitantes comprometendo a conservação ambiental desses espaços e estudos indicam que a grande maioria das agressões causadas em áreas protegidas é



devido ao desconhecimento das atitudes e comportamentos especiais necessários durante a visita. Entretanto, experiências têm demonstrado que campanhas educativas são mais bem aceitas pela sociedade e são mais eficientes que medidas coercivas como o fechamento de trilhas e exigência de acompanhamento de guias para a prevenção e controle de impactos negativos causados pelos visitantes. É essencial o engajamento dos mesmos neste processo pelo fato de torná-los um elemento integrado na conservação dos recursos naturais, sem contar que programas de educação ambiental é um fator positivo na atração de turistas e visitantes.

Observou-se também que a população, no geral, fica a mercê somente das ações advindas do setor governamental e este, por sua vez, não consegue acompanhar o dinamismo das mudanças socioambientais por ainda prender-se ao sistema burocrático enraizado na gestão hierárquica.

Nesta situação, são necessárias mudanças fundamentais e urgentes. Se quisermos evitar a destruição é preciso uma educação ambiental para todos os cidadãos, iniciando-se no ensino fundamental, para conscientizar a sociedade que ainda não atentou para a dimensão da gravidade dessas questões. É preciso também um governo com políticas públicas compromissadas com a defesa ecológica e com o homem, um planejamento e fiscalização do uso dos recursos naturais e um controle rígido contra a poluição dos recursos hídricos.

É necessária, ainda, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações menos favorecidas, dando-lhes condições de saúde, acesso à educação, nos três níveis de ensino, a cultura e ao lazer. Vemos que a melhor forma de tratar essa questão é assegurar a participação ativa da população autóctone, bem como a parceria de órgãos públicos e entidades não governamentais interessados, pois é preciso que haja integração e o envolvimento de todos nesta luta em defesa do que é nosso e está sendo destruído diante de nossos olhos e o que é pior, com o nosso consentimento na medida em que ocupamos somente a posição de vítima dos fatos. Portanto, deve-se agir através de ações locais, mas com uma visão global.

E em caráter mais pontual quanto ao Monumento Natural das Falésias de Beberibe, deve-se atentar para a construção de guaritas, melhoramento da sinalização, mobilização da população local para o envolvimento na sua gestão, implantação de cancelas de acesso, alocação de iluminação pública em sua área interna, reintrodução de espécies nativas, além da cobrança de taxa para a visitação, onde o dinheiro arrecadado seja revertido para a manutenção do local.

No mais, vale ressaltar que Beberibe conta com diversas áreas que podem transformar-se em unidades de conservação, dentre elas: a mata do Macapá, o cordão de dunas que vai da Praia de Morro Branco até a Praia do Uruaú, as bicas da Praia das Fontes e da Praia do Diogo, dentre outras. Assim, observa-se que o município é detentor de um rico e diversificado patrimônio natural que merece a atenção e o empenho de todos os atores, em defesa de sua preservação, contribuindo assim para o fortalecimento do Estado em todos os sentidos da conjuntura humana.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Fortaleza: Curso de Planejamento de Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Ceará, 2006. **Nota de aula digitada.**

_____. **Unidades de Conservação.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=i;1/2?reas%20Protegidas>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18. ed. Brasília, DF: Senado, 2002, 416 p.



CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. 1. ed. 13^o tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

IBAMA. Roteiro metodológico de planejamento. Brasília: IBAMA, 2002. In: NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; PONTES, Pedro Augusto Lopes. **Elementos de gestão ambiental**. Fortaleza: Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Ceará, 2007. Apostila de aula digitada.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MEIRA, Rômulo Lima. Meio ambiente e desenvolvimento. Especiais, 02 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1658>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas protegidas do Brasil**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=i%20?reas%20Protegidas>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

PERES, Eduardo. Unidades de conservação do semi-árido brasileiro - bioma caatinga. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO, 1., 1997, Mossoró. **Anais...** Mossoró: Universidade Regional do Rio Grande do Norte, 1997. p. 43-53.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBERIBE. **Informações turísticas do município de Beberibe/ Ce**. Beberibe: Prefeitura Municipal de Beberibe, 2001.

RODRIGUES, Jorge Nascimento; et al. 50 Gurus Para o Século XXI. 1. ed. Lisboa: Centro Atlântico.PT, 2005.

SEMACE. **Diagnóstico sócio-ambiental do Monumento Natural das Falésias de Beberibe**. Fortaleza: [s.n.], 2003.